

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: O DISCURSO SOBRE A SEXUALIDADE E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Thais Souza Bellucci

Orientadora: Marilene Proença Rebello de Souza

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

thaisbellucci@usp.br

Objetivos

Segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), há uma concentração de 76,5% (entre 2011 e 2017) dos casos notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes, com maior intensidade em relação a gênero, classe e raça. Para suprimir esse problema, que inclusive enfrenta também a subnotificação, a educação sexual é essencial, e este estudo visa a compreender os valores e as concepções de sexualidade e de desenvolvimento humano presentes neste ensino em cada momento político, histórico e cultural brasileiro, por meio do discurso utilizado na base legal na qual as políticas públicas se fundamentam. Apresenta como objetivos específicos: a) analisar documentos federais que apresentam diretrizes e orientações relativas à cidadania e à educação sexual; b) identificar documentos municipais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME SP) que se referem a essa temática; c) analisar quantitativamente a documentação municipal; d) produzir banco de dados sobre o tema.

Métodos e Procedimentos

Trata-se de pesquisa documental com análise dos discursos, com base em Vigotski e Foucault, utilizados nos documentos nos quais se alicerçam as políticas públicas do país voltadas para o tema da educação sexual. Tem-se como hipótese que o discurso utilizado

nessa formação (ou ausência dela) é uma forma de controle e de manutenção da opressão de determinados grupos, já que fundamenta a construção psíquica de crenças e valores sobre sexualidade. Os documentos nacionais foram pré-selecionados por serem base para as demais legislações e foram analisados ou na própria fonte ou por trabalhos que já o fizeram. Os documentos municipais foram selecionados de acordo com seu ano de produção (de 1988 até 2020), sua localidade (São Paulo - SP) e palavras-chave da temática. O banco de dados identificado foi a Biblioteca Memória Documental (MD) da SME SP: no Arquivo Digital (que foram solicitados na íntegra à MD), no Centro de Documentação (CEDOC) e no Acervo Digital. Em seguida, foram analisados quantitativamente com base em: gestão política; tema transversal ou focal; quando focal, identificação de tema principal; e tipos de documentos. Ao longo do processo, foi construído um banco de dados com essa documentação. Por meio desta pesquisa, busca-se conhecer o lugar social e institucional em que se situa a educação sexual, e apontar lacunas e necessidades que a trajetória dessa temática na cultura brasileira e paulistana revela, produzindo contribuições para as futuras gestões políticas brasileiras, com base na análise das anteriores, a fim de combater a violência sexual e as demais associadas a ela, o que envolve recortes de raça, de gênero, de classe e da população LGBTQIA+.

Resultados

Há extensa base legal nacional para subsidiar políticas públicas sobre o tema e a primeira década dos anos 2000 foi a de maior efervescência nessa produção. Em nível municipal, foram encontrados 269 documentos (125 no Arquivo Digital e 144 no CEDOC e no Acervo Digital) em que aparece o tema da educação sexual de alguma forma, dentre os quais 62 são focais, sobre: DST, AIDS e gravidez; sexualidade; gênero, diversidade e discriminação; e violência (apenas 1 com foco em violência sexual). As modalidades são: relatórios; cadernos e livros; encontros e reuniões; documentos de formação, orientação, capacitação, guias, cartilhas, currículos e cursos; e projetos. Entre os outros 207 documentos, há materiais de disciplinas específicas (língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física); orientações (curriculares, didáticas e outras) e referenciais; relatórios; revistas; textos legais; projetos e programas; cadernos e livros; propostas de formação; conferências, congressos, encontros, mostras, seminários e fóruns; documentos informativos e reflexivos; e subsídios.

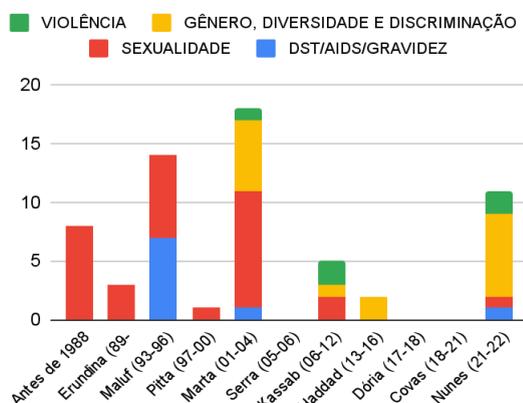


Gráfico 1: Divisão por gestão dos documentos focais

Conclusões

Há inúmeros documentos sobre a temática da sexualidade, o que permitirá acesso a eles e estudo do tema na prática. A violência sexual especificamente, no entanto, foi uma questão trabalhada diretamente em apenas um documento municipal encontrado, o que pode contribuir para sua invisibilização, com o não

falado atuando na naturalização do problema, no controle social e na manutenção de preconceitos, desigualdades e violências.

Como há uma limitação do banco de dados, já que nele não consta todos os documentos produzidos pelas gestões, não foi possível fazer conclusões sobre o engajamento de cada uma nessa temática. Essa fonte poderia ser complementada com entrevistas com aqueles que participaram diretamente do governo dessas políticas. É preciso também investigar a distância existente entre as práticas educacionais e as legislações definidas já há tantos anos.

Por fim, como o número de documentos encontrados foi muito superior ao esperado, não foi possível ainda investigar como se dá o discurso nessa formação, tanto em documentos que tem a temática como foco, quanto nos que a trabalham de forma transversal. Em uma breve observação, já foi possível identificar em alguns documentos uma concepção de gênero e sexualidade binária, machista, misógina, sexista e heteronormativa. Já está aprovada a etapa II desta pesquisa, que fará análise dos documentos focais.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Boletim Epidemiológico. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, v.49, n.27, jun. 2018.
- BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2013.
- GUIRADO, M. A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade. 2009. 316p. Tese de Livre-Docência. Instituto de Psicologia da USP.
- LIMA, E.B. Sexualidade e Currículo Escolar: um diálogo a partir da legislação. VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". 2012.
- REGO, T. C. Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais. In: AQUINO, J. G. (org.) Diferenças e preconceitos na escola: alternativas práticas e teóricas. São Paulo: Summus, p.49-71, 1998.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SP. Memória Documental (MD).